

Gestão democrática da educação: participação, transparência e controle social¹

Danielle Nascimento (UFPE)

danielle.nascimento@ufpe.br

Paulo Bruno José Ferreira de Brito (UFPE)

paulo.fbrito@ufpe.br

Sérgio João da Silva (UFPE)

sergio.joao@ufpe.br

Suzana Lima (UFPE)

suzana.slima@ufpe.br

A Gestão democrática da educação no Brasil

É possível perceber um desmonte da educação pública em nosso país. Acreditamos na importância de debater os ganhos e perdas no campo educacional ao longo dos governos brasileiros para isso discutiremos a Gestão democrática da educação envolvendo questões como: participação, transparência e controle social, considerando seus avanços e retrocessos nas últimas décadas.

No (des) governo atual, os movimentos conservadores ganharam mais força. Um exemplo é o projeto “escola sem partido”, que emerge em 2004, indicando que os docentes são militantes travestidos de professores e disseminam supostas ideologias nas escolas. Em meio a este quadro temos as ONG's, com o interesse de intervir na educação, especificamente na gestão, através das parcerias público-privadas. São vários os exemplos de

¹ Este trabalho conta com o financiamento da FACEPE.

ataques à Educação, contudo para entender esta realidade, devemos compreender as ações do capital desenvolvidas desde o fim do século XX e seus interesses sobre a Educação. Assim, voltamos nosso olhar aos anos de 1990, que foi marcado pela globalização e implantação do neoliberalismo na América Latina.

No Brasil, Fernando Henrique Cardoso, atendendo às necessidades do capital, realizou uma modernização no país implantando um estado neoliberal. No campo da educação podemos apontar a criação e implementação de algumas leis e programas durante o seu governo. Mesmo com os “ranços e avanços”, citando Pedro Demo, tivemos a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assim como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), reforma curricular com o desenho dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o aprimoramento das informações do Censo Educacional (AGUIAR, 2019).

A partir da criação da LDB, as gestões das escolas públicas desenvolveram novas funções. O papel docente passou a ser redimensionado, com funções de gestão e auxílio na construção do projeto político pedagógico. Era necessário, ampliar a participação popular na elaboração das políticas para a Educação, que começou a tomar forma a partir de 2002.

Após a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à presidência, iniciou-se uma série de políticas públicas que atendiam às demandas da sociedade civil em diversos campos que se estenderam até o governo de Dilma Rousseff. Ressaltamos a conquista assinalada no PNE de destinação de 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação brasileira. Havia espaço para mobilização popular em torno da defesa do direito à Educação e foram instituídos espaços para o debate como o Fórum Nacional da

Educação (FNE). Embora presente na Constituição Federal (1988), a Gestão Democrática recebeu destaque efetivo a partir dos governos de centro-esquerda, como expresso no Plano Nacional de Educação (PNE).

Com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o projeto neoliberal foi retomado e importantes conquistas no campo da Educação foram interrompidas, com o governo que veio em sequência, Michel Temer (MDB) ao implantar neste período o “novo” ensino médio por meio da Lei Nº 13.415/2017, citando apenas um dos muitos exemplos que demonstram o desmonte. Assim, os processos democráticos de gestão da educação sofreram golpes consideráveis que avançaram ferozmente com o atual governo de ultra direita e conservador de Jair Bolsonaro. Como podemos perceber, são diversas as agressões à Educação, que servem tanto ao Sistema Capitalista, quanto à crescente pauta do debate moral na sociedade.

Nesse sentido, discutiremos a Gestão Democrática a partir de três categorias: a Participação, a Transparência e o Controle Social.

Participação

À primeira vista a palavra “participação” e “democrática” parecem complementares, dando uma ideia de que “é natural que a Gestão Democrática seja feita a partir da participação popular”, mas para os(as) gestores(as) representa um desafio, pois a participação implica em “[...] dar voz a atores, sem ser centralizador e autoritário, e ao mesmo tempo, não pode se esvaziar de conteúdos analítico e crítico, exercendo a função de gestar a instituição escolar” (SCHÜTZ & FUCHS, 2018, p. 29).

A participação pressupõe a construção de um processo dialógico dentro da comunidade escolar e a criação de espaços próprios para pensar as políticas educacionais tais como Fóruns,

Associações, Eventos Científicos com a participação da gestão pública, etc. Assim, a gestão democrática é um espaço de incentivo à descentralização do poder.

A participação requer um exercício de repensar a própria cultura escolar e seus processos, não podendo ser decretada, imposta e não sendo entendida como mecanismo/forma legal. Para garantir a participação, é necessário criar espaços e mecanismos que incentivem os diversos atores a construir as decisões escolares, tais como: consolidação dos colegiados, fortalecimento da participação estudantil, dentre outros. Assim, a participação na Gestão Democrática se mostra como um mecanismo fundamental para incentivar uma cultura de participação em toda a sociedade não apenas nos espaços escolares, mas também nos diversos espaços de presença social.

A participação, numa situação ideal, fortaleceria a própria noção de democracia, no sentido macro. Levando assim a sociedade a perceber-se como parte fundamental nos processos de construção das políticas públicas. Aguiar (2019) destaca alguns princípios constantes na Constituição Federal, como a gestão democrática e a legislação dos sistemas de ensino, além de advogar sobre a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico e a participação da comunidade escolar e local nos Conselhos Escolares.

Transparência

O respeito aos processos de participação sistematizados e bem estruturados levam a um grau de transparência maior seja na condução das políticas públicas de Educação, seja nos processos internos das escolas. Quando o contrário se dá, instala-se a imposição, como aconteceu com a aprovação da BNCC que desconsiderou o posicionamento das principais associações e

entidades científicas na época. Quando isso acontece, a democracia do processo é enfraquecida, e nesse caso, especificamente, vemos o capital, representado por ONGs e assessorias educacionais, conduzir o processo, legitimados pelo governo, que o faz inclusive criando subterfúgios que visam a autenticação democrática do processo como a divulgação de dados inexatos de participação no processo consultivo da BNCC da Educação Infantil.

Controle Social

No âmbito do controle social, que implica em participação e democracia há duas situações no atual governo: a primeira delas é a derrubada de conquistas históricas e a outra é o exercício de um controle social dos governantes para o chão da escola.

As ameaças a essas conquistas tem se dado como desconsideração do processo consultivo nas comunidades acadêmicas para eleição de reitores das universidades e instituto federais de educação, nomeando candidatos com o perfil muitas vezes de interventores, retirada da base de representação social do FNE, descaracterização da configuração do Conselho Nacional de Educação.

Considerações finais

Essas situações decorrem claramente do momento atual em que se encontra a democracia do nosso país, ocorrendo como um espraiamento de movimentos e práticas no interior dos órgãos públicos e no que os tornam instituições. Reflete também a própria crise estrutural do capitalismo que por isso mesmo busca maneiras de se fazer prevalecer através do liberalismo que tem se manifestado em facetas variadas ajudada obviamente pelo discurso hegemônico de falta de alternativas ao neoliberalismo.

Acreditamos que Aguiar (2019) traz um encaminhamento coerente à discussão que trouxemos neste relatório ao advogar que

este momento enseja a retomada do valor intrínseco da democracia com a busca contínua pelo aumento da participação dos cidadãos que contribuem para a inserção de novos atores no espaço político e da busca pelo acesso a direitos. Considerar a democracia para além da fórmula procedimentalista atribuindo-lhe o status de valor que cria mecanismos de lutas e práticas que constroem fórmulas de sociabilidade compatíveis que contrariam o negacionismo e as últimas práticas conservadoras que estamos vendo se disseminar pela nossa sociedade.

Referências

AGUIAR, M. A. S. Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE. *Educ. Soc.*, Campinas, v.40, 2019.

SCHÜTZ, J. A.; FUCHS, C. Gestão escolar na sociedade contemporânea: impasses e desafios para potencializar a gestão democrática *In: **Revista Administração Educacional** – DAEPE-CE - UFPE Recife-PE, V.9 N. 1 p. 23-41, jan/jun. 2018. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ADED/article/viewFile/237508/29663>>. Acesso em 01.05.2022.*